MIGRANTE NA CIDADE

Cleber Dias

Migrações e Metrópoles

Pablo C. Benetti (*)
Carlos B. Vainer (**)

"Chega de sofrer, de andar correndo o mundo, sendo explorada pelos outros" (Roseli da Silva, por ocasião da ocupação da Fazenda Annoni; apud. Jornal do Brasil, 31.10.1985).

"Nunca melhora o seu estado quem muda somente de lugar e não de vida e de costumes" (QUEVEDO, 1985, p. 107).

1. DIMENSÕES DO FENÔMENO

Os dois últimos censos demográficos testemunham o impressionante crescimento de nossas metrópoles. Enquanto a população brasileira, entre 1970 e 1980, cresceu à taxa média anual de 2,47%, a população metropolitana o fez à taxa de 3,89%. Assim, em 10 anos, esta última pulou de 26,1% para 30,0% do total nacional (24.352.000 hab. em 1970, 36.577.000 em 1980).

Diante destes números entende-se o comentário de reconhecido especialista na área, segundo o qual, "apesar do discurso bastante generalizado valorizando a fixação do homem à terra, a descentralização de atividades econômicas, a ocupação

da fronteira agrícola, o 'desenvolvimento equilibrado', etc, o Brasil segue inexoravelmente o curso histórico da urbanização e da concentração populacional em áreas já congestionadas" (MARTINE, 1980, p. 3).

Se olharmos para as metrópoles nacionais verificamos que o que acontece em São Paulo é extraordinário. Enquanto a RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro) parece ter estabilizado sua participação na população total (7,5%), a de São Paulo, crescendo 4,45% ao ano, passou de 8,7% para 10,5% do total nacional. Estas duas cidades responderam, sozinhas, por 1/4 (24,7%) de todo o aumento populacional registrado entre 70 e 80 no país, e por mais da metade (56,3%) do acusado pelo conjunto das regiões metropolitanas.

Além disso, elas absorvem 63% e 88%, respectivamente, do aumento populacional dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Os recenseadores encontraram, em 1980, na RMRJ, 1.371.851 hab. entrados na década precedente; em São Paulo, este número atingiu 3.383.681 hab.. Estas cifras dizem respeito aos chamados saldos migratórios (líquidos), isto é, ao resultado no final da década, dos movimentos de entrada (+) e saída (-) de migrantes. Por isto mesmo, elas dão uma pálida idéia dos fluxos ocorridos ao longo do período intra-censitário: todos aqueles que entraram e saíram uma ou mais vezes, e não se encontravam residindo na RMRJ ou na RMSP por ocasião do recenseamento, ficaram de fora da contagem. É muito difícil, talvez impossível, medir com precisão o movimento migratório efetivamente ocorrido. Estimativas conservadoras situam em torno de 1.671.619, para o Rio de Janeiro, e 6.602.458, para São Paulo, o fluxo bruto de migrantes que ingressaram nestes estados, mesmo que para abandoná-los antes do final da dé-

cada (VAINER, 1982, p. 41) (1).

Mesmo duvidando desta numerosidade, mesmo considerando os erros em que incorrem quase todas as estimativas, temos aí uma dimensão do fenômeno migratório nas duas metrópoles nacionais.

2. POSTURAS DIANTE DO FENÔMENO

O que é que estes migrantes vêm

Cleber Dias

fazer nas metrópoles? De onde vieram? Por que? Até que ponto contribuem para o desenvolvimento? As migrações são um problema ou uma solução? Eis algumas perguntas que frequentemente ouvimos em debates, lemos em artigos e editoriais. Haverá alguma resposta correta?

Uma coisa é certa: ao longo do tempo as interpretações sobre o fenômeno das migrações para as grandes cidades têm sido as mais variadas. Desde há muitos anos se discute; é antigo o costume dos governos de se atribuírem o poder e o direito de decidir onde é que as pessoas devem se fixar. Mas a verdade é que nem sempre escolheram o mesmo lugar para esta fixação.

a) Lugar de Trabalhador é no Campo

Durante praticamente toda a primeira metade deste século, a elite dominante e o governo estavam convencidos de que os trabalhadores deviam ficar nos campos. Nesta

época, coerente com a predominância da economia agro-exportadora em nossa economia e com o peso das oligarquias agrárias no bloco do poder, clamava-se aos céus pela falta de braços para fazer funcionar a agricultura e, em particular as grandes plantações. Era no campo, e apenas aí, que, segundo diziam, poder-se-ia produzir a riqueza da nação. Não éramos um país de vocação agrícola?

Enquanto o campo era visto e apresentado como lugar de trabalho produtivo, a cidade era denunciada como lugar de parasitismo, do ócio, da intermediação que faz apenas circular - mas não produz riqueza. Pior que tudo, talvez, a cidade era o lugar escolhido para as agitações operárias, para ação das ideologias dissolventes, importadas da Europa, estranhas à índole pacífica do nosso povo...

Buscavam-se imigrantes estrangeiros para resolver o problema, e as leis tentavam constrangê-los a se fixarem nos campos, nas fazendas. Se estes faltavam, apelava-se para os trabalhadores nacionais que, a partir sobretudo dos anos 30, arribavam em Montes Claros ou diretamente em São Paulo e eram encaminhados às hospedarias para serem conduzidos às Fazendas do interior. Organização e pulso firme, estas eram as orientações para colocar os trabalhadores no seu devido lugar: o campo. "A organização centralizada dos serviços de imigração, de transporte fácil e barato, de estatísticas e informações para colocação de trabalhadores conforme o pedido das empresas rurais, e a repressão da vagabundagem e das greves urbanas bastarão entre nós para aparelhar o governo para combater os males do urbanismo" (PIMENTEL, 1924, p. 489).

No início dos anos 30, pouco depois da grande crise, os trabalhadores desempregados identificados pela polícia no Rio e em São Paulo eram praticamente forçados a se

deslocarem para a área rural. E Vargas proclamava: "Cumpre-nos incentivar, por todas as formas, a volta ao bom caminho. Os atalhos que nos podem levar a ele são muitos, mas o rumo, um só: o retorno aos campos" (Getúlio Vargas, Discurso em Salvador, a 18/8 de 1983; apud. Neiva, 1942, p. 24).

b) Bem-vindos à cidade

Esta frase poderia estar inscrita em um cartaz afixado na porta de entrada de nossas cidades, particularmente do Rio e de São Paulo, nos anos 50. Ela apenas refletiria o sentimento generalizado de que os migrantes tinham uma fundamental contribuição a aportar ao processo de desenvolvimento, isto é, de industrialização, por que passava o país. As estatísticas sobre o aumento das populações urbanas eram citadas como uma demonstração a mais de que que entrávamos, finalmente, no rol dos países que haviam vencido o tradicionalismo, o atraso, a monocultura de exportação.

O gigante deitado em berço esplêndido despertava. E os movimentos migratórios mostravam isto. Tinha chegado a nossa vez de ingressar na era das sociedades modernas, industriais, de consumo de massa. Migrações para as cidades e modernização da agricultura eram, diziam agora, o caminho para realizar o sonho: "A introdução de técnicas mais aprimoradas de lavoura e pecuária (...) conduzem a melhores safras e tendem a reduzir o volume de mão-de-obra correspondente a uma determinada produção. Cria-se em consequência um excedente de população que fica disponível para outras atividades. Só a industrialização poderá absorver esse excedente, proporcionando-lhe trabalho e novas oportunidades para melhoria de seu padrão de vida. **O êxodo rural será um sintoma de progresso** se tiver como causa real um aumento da produtividade da agricultura, paralelo a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos" (KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, 1955, p. 125 - o grifo nosso).

Provocando uma escassez de mão-de-obra nos campos, o êxodo rural serviria de estímulo à modernização agrícola e elevaria os salários rurais. Tanto mais que a urbanização favorecia a ampliação do mercado interno e alimentos (aumento da população urbana) e matérias-primas (avanço da industrialização). O resultado de todo este processo seria, assegurava-se, a melhoria das condições de vida da população trabalhadora: dos que partiam porque na cidade os salários eram mais elevados e dos que ficavam - porque a escassez de mão-de-obra e o aumento da produtividade empurrariam os salários rurais para cima.

Além disso, as migrações para as cidades apresentavam uma outra e suprema virtude: serviam também aos capitalistas industriais, que agora tomavam decididamente o leme do barco e esclareciam que os trabalhadores deveriam ser colocados à disposição da industrialização, a qual, no lugar da agricultura, passava a ser vista como a mola propulsora do progresso e a verdadeira fonte de riqueza.

"São Paulo não pode parar", proclamavam orgulhosos. E repetia-se nas universidades, nos rádios e jornais, que o bom caminho não era mais o retorno aos campos, mas a ida para as metrópoles industriais. "Sem o êxodo rural, ensinavam cheios de empáfia os industriais, as realizações da civilização moderna teriam sido impossíveis" (CNI, 1958, p.69) (2)

A mesma lógica de antes: submeter o deslocamento e a localização dos trabalhadores às exigências do capital...só que, dessa vez, em mão invertida. Ao invés da paz bucólica do campo prometia-se agora a modernidade febril dos grandes centros industriais.

Muitos dos novos apóstolos da urbanização e da metropolização reconheciam a possibilidade, e mesmo a inevitabilidade, de que viessem a surgir desajustes e desequilíbrios. Mas seriam temporários, asseguravam confiantes. E eram naturais, explicavam, numa sociedade que caminhava aceleradamente em direção

ao paraíso do desenvolvimento do capitalismo.

c) As cidades estão cheias, favor dirigir-se a outro lugar

Anos dourados, esses anos 50? Para os capitalistas, certamente. Para o grande capital internacional que se instala solidamente no país, sem dúvida. Mas para os trabalhadores, para aqueles que foram obrigados a atravessar o país a pé, em lombo de burro, nos caminhões paus-de-arara, nos apinhados e resfolegantes trens, foram anos cinzentos. Arrancados dos lugares onde sempre haviam vivido, e onde antes deles haviam vivido seus avós, os trabalhadores partiram à busca de sobrevivência. Vendo suas formas de vida e cultura destruídas, suas pequenas explorações agrícolas dizimadas, seus saberes desvalorizados, foram contrangidos a vender, ao insaciável capital, seu corpo e sua alma.

Corpo e alma? Nem sempre, nem todos. Lutou-se muito. Pela reforma agrária, sobretudo. Mas assim como nos anos 20 as classes dominantes falavam em organizações e repressão, nos anos 60 e 70 a receita foi aplicada em dose dupla: repressão e organização, segurança e desenvolvimento.

A reforma agrária foi derrotada. Industrialização e urbanização, concentração e metropolização seguiram seu rumo. Mas ao invés do desenvolvimento equilibrado, da melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, da harmonia que a modernização agrícola e a modernidade urbana deveriam trazer, novos e terríveis anos de chumbo.

A vida real ficou muito distante das promessas e esperanças. O crescimento das cidades, o gigantismo das metrópoles, fizeram emergir uma questão urbana. A metrópole engendrava uma nova miséria - a miséria urbana, lote comum compartilhado tanto pelos nascidos nas cidades quanto pelos que haviam sido tangido pela outra miséria - a miséria rural. Ao mesmo tempo, aprofundavam-se os desequilíbrios regionais,

sepultando as ilusões dos que acreditavam ter o desenvolvimento econômico o dom natural de homogeneizar o espaço nacional. Muitos continuaram falando em corrigir estes desequilíbrios, em reorientar o desenvolvimento, em reformar o "modelo"; décadas de experiência, no entanto, tornavam agora a farsa evidente.

A modernização agrícola, a permanência e o reforço do monopólio latifundiário da terra, continuaram a afirmar a inexistência de espaço para os trabalhadores nas zonas rurais. A industrialização e a metropolização, porém, já não se apresentavam mais como um espaço alternativo. O "país vazio" da primeira metade do século, que precisava de imigrantes estrangeiros para povoá-lo, havia-se transformado num país sem lugar para seu povo.

Ao invés da carência de população, como antigamente, excedentes populacionais. É disso que nos falam a todo momento. E não mais excedentes localizados em tal ou qual região, mas excedentes globais, generalizados. Até mesmo nas metrópoles, para onde, nos últimos 40 anos, foram conduzidas multidões imensas, não mais se promete in-

Cleber Dias

corporação ao mercado de trabalho, à indústria, à modernidade. Suas populações não têm acesso nem aos mais essenciais serviços urbanos.

Quanto às chamadas "fronteiras agrícolas", estes espaços vazios residuais que, ao final dos anos 60 e início dos 70, foram apontados como a grande solução, elas também ficaram pequenas. As fronteiras estão fechadas, já constatarem várias pesquisas. Porque a ocupação por migrantes que para lá se dirigem em busca de terra, esbarra em grandes projetos, agropecuários ou minerais, dependentes de investimentos maciços de capital e de tecnologias sofisticadas.

Como se isso não bastasse, no Sul, Sudeste, Centro, Norte e Nordeste grandes projetos hidrelétricos inundam áreas extensíssimas e deslocam mais e mais populações. Em alguns casos, trata-se de satisfazer o infinito apetite energético de umas poucas indústrias exportadoras (de alumínio, por exemplo) (3). Sobradinho, Itaparica, Passo Real, Itaipu, Machadinho, Itá, a lista é enorme. "Águas para a vida, não para a morte", reivindicam os atingidos pelas barragens do Alto Uruguai; "fora daqui", respondem a Eletrosul e a Ele-

trobrás, acusando os trabalhadores de quererem impedir o progresso.

"Fora daqui", ouvem também nas fronteiras. "Fora daqui", ouvem nas regiões atingidas pela modernização agrícola. "Fora daqui", repetem-lhe seus velhos conhecidos, os latifundiários. E, para seu desespero, descobrem que nas cidades, nas metrópoles, o recado é o mesmo.

Vista durante muitos anos como um fator de desenvolvimento, como um elemento a ser mobilizado com vista à acumulação do capital, a população se vê transformada num estorvo. Ao invés de recurso econômico, "problema social".

Da parte dos governos, vemos de um lado, o continuado esforço para exercer o controle sobre o crescimento demográfico, através de políticas explícitas ou implícitas para reduzir a natalidade. De outro lado, tentativas de gerir os fluxos, administrar o turbilhão louco que engole a população que circula "sem eira nem beira".

Que fluxos são esses? De todo o tipo: dos campos para as cidades, das cidades para os campos, das fronteiras para o centro, do centro para as fronteiras, do Nordeste para o Sudeste, do Sul para o Centro-Oeste e para o Norte, do Centro-Oeste e do Norte para o Sul...O nomadismo se reinstala.

Não se trata mais do nomadismo do caboclo, que ia queimando matas para fazer roças, um pouco aqui, depois mais adiante, vida quase totalmente autárquica em que praticamente se produzia o que se consumia, e se consumia o que se produzia. Este nômade de antigamente foi capturado, mobilizado, levado para as fazendas, para as indústrias, para construir a "riqueza da nação", forçado a integrar-se ao mercado. O paradoxo consiste justamente em que este nômade contemporâneo não pode mais viver fora do mercado, e não consegue viver no e do mercado. Foi essa a modernidade que conquistou após décadas de desenvolvimento capitalista.

3. MIGRAÇÕES PARA METRÓPOLE: PROBLEMA SOCIAL OU PROBLEMA POLÍTICO?

As velhas hospedarias e albergues do Rio e São Paulo, que durante décadas encaminharam imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais para o trabalho, mudaram muito. Agora, acolhem migrantes para encerrá-los, amontoados, com mendigos, alcoólatras, ex-presidiários. Sinal dos tempos: os serviços governamentais responsáveis por receber e orientar migrantes não são mais ligados às Secretarias de Trabalho, mas aos serviços de assistência social (4). E na maioria das vezes só têm a oferecer uma passagem de volta para o lugar de origem ou para seguir viagem. Seguir para onde?

O lugar do migrante já foi o campo, o lugar do migrante já foi a metrópole; qual o seu lugar hoje? Se acreditarmos no que diz a grande imprensa, a resposta é a que foi estampada em uma manchete de primeira página do Jornal do Brasil: "PAÍS NÃO TEM LUGAR PARA MIGRANTES".

Vejamos o que nos diz esta reportagem. "De todos os pontos do país estão partindo levadas de brasileiros, atrás de casa e trabalho, mas dificilmente eles serão bem recebidos em algum lugar (...) Até Rondônia,

que já foi eldorado, gastou este ano Cz\$ 2 milhões em passagens para devolver os retirantes às suas regiões. São Paulo, o mais freqüente ponto final dessas viagens, receberá só este ano 500 mil brasileiros. O fantasma de abril de 1983 - quando a cidade viveu um dos seus piores momentos com saques e quebra-quebras - começa a voltar. Durante o último fim de semana, só na Zona Leste da cidade, seis supermercados foram saqueados (Jornal do Brasil, 12/7/1987).

Parece que estamos ouvindo os ecos daqueles discursos que, há mais de meio século, falavam da cidade como lugar da greve e da agitação. A situação, porém, é muito diversa. Aqueles que hoje ocupam terrenos nas periferias metropolitanas e reivindicam casa, escola e hospital, são os mesmos sem-terra que ocupam latifúndios no sul e reivindicam reforma agrária. São os mesmos pequenos de Machadinho que se recusam a serem deslocados para que suas terras sejam inundadas. São os mesmos posseiros que lutam para não ceder terreno nos grandes projetos.

Em alguns lugares, a luta é para ficar; em outros lugares a luta é para poder entrar. Contra a mobilização forçada que lhes querem impor, começam a afirmar uma lógica espa-

cial própria, distinta daquela que advém das necessidades econômicas do capital e das razões de Estado. São os primeiros sinais de que, afinal de contas, não é impossível construir uma nova concepção espacial; um novo espaço que não reduza o trabalhador a pião que é movido ao sabor e segundo o arbítrio de um poder que se eleva acima deles, acima de toda a sociedade.

Ao resistir contra a expulsão, ao invadir a fazenda ou o lote urbano vazios, o trabalhador, este eterno migrante, está aprendendo que, como dizia Quevedo, "não melhora o seu estado quem muda somente de lugar e não de vida e de costumes". Ora, o costume de lutar pelo seu espaço é um passo para começar a mudar de vida.

À metrópole ingrata cuja grandiosidade ajudou a construir, à metrópole que hoje o esmaga e rejeita, o migrante começa a dizer: "aqui também pode ser o meu lugar". Enquanto governos e serviços assistenciais tentam apresentar a migração para a metrópole como um "problema social", os migrantes, na sua vida e na sua luta, vão mostrando que se trata de um problema político. E junto com todos os trabalhadores, migrantes de ontem ou anteontem, fazem da migração para a metrópole também uma escola política.

(*) Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ - e do Programa Espaço, Trabalho e Estado deste Instituto.

(**) Professor do IPPUR/UFRJ e Coordenador do Programa Espaço, Trabalho e Estado deste Instituto.

notas

(1) Para uma apresentação de método para estimar fluxos brutos, assim como para uma pertinente análise do significado da diferença entre saldo líquido e fluxo bruto, v. o excelente trabalho de MARTINE e PELIANO, 1980.

(2) Não raro, o coro da burguesia industrial foi engrossado por muitos progressistas que acreditavam que o desenvolvimento e a industrialização capitalistas libertariam as massas trabalhadoras de sua miséria secular. Ilusão ou má-fé? Pouco importa; o fato é que contribuíram para facilitar o sucesso de um projeto cujo fruto amargo foi servido à sociedade brasileira poucos anos depois.

(3) Já se disse que Tucuruí foi feita para que o Brasil exportasse energia em lingotes (alumínio) a preços subsidiados.

(4) Para uma descrição sem pretensão destas instituições, v. VAINER, 1982.

Bibliografia

- C.N.I., Confederação Nacional da Indústria, "Migração Interna" - In: Desenvolvimento e Conjuntura, ano II, nº 3, março, 1958, pg. 67-73
 KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, Juscelino - Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, Belo Horizonte, Liv. Oscar Nicolai, 1955
 MARTINE, George - Notas sobre os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1980, OIT/CNRH, mimeo
 A MARTINE, George e PELIANO, José Carlos - "Migração, Estrutura Ocupacional e renda nas áreas metropolitanas, in Coletânea MIGRAÇÃO INTERNA, Textos Seleccionados, Fortaleza, Ed. BNB, Tomo II, pg. 907-949, 1980
 NEIVA, Arthur Hehl - "Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização (Conferência pronunciada no Instituto de Ciência Política no dia 3/12/1941)" - In: Revista de Imigração e Colonização, ano III, nº 1, abril 1942, pg. 24-70
 PIMENTEL, Mesquita - "A questão do urbanismo operário" - In: A lavoura, dez/1924
 QUEVEDO, Francisco de - O gatuno - História da vida do Gatuno chamado don Pablo, exemplo de vagabundo e espelho de velhacos - São Paulo, Ed. Global, 1985
 VAINER, Carlos (coord.) - Políticas e estruturas de acolha de migrantes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo - Análise Comparativa, Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, mimeo, 1982, pg. 284